

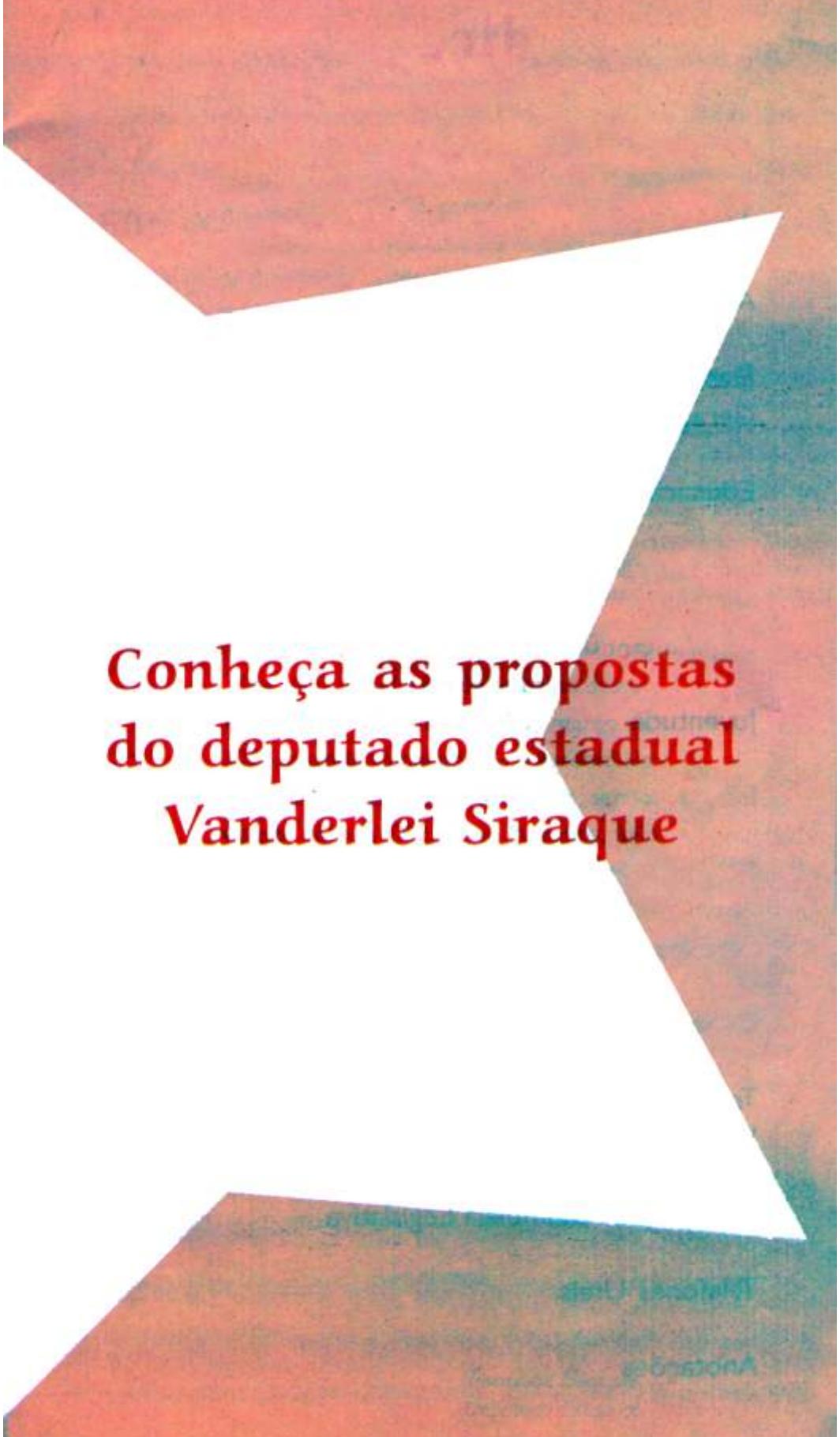


Propostas



Sempre Presente
PT VANDERLEI
SIRAQUE
Deputado Estadual
www.siraque.com.br





**Conheça as propostas
do deputado estadual
Vanderlei Siraque**

Índice

| | |
|-----------------------------------------------------------|----|
| Apresentação | 05 |
| A República Federativa do Brasil | 06 |
| As funções dos Parlamentares | 07 |
| Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda | 11 |
| Educação | 13 |
| Participação Cidadã e Controle Social | 15 |
| Segurança Pública | 16 |
| Juventude | 19 |
| Saúde | 20 |
| Habitação | 23 |
| Terceira Idade | 25 |
| Gênero e Raça | 26 |
| Trajetória do deputado Vanderlei Siraque | 27 |
| Atuação na Assembléia Legislativa | 28 |
| Telefones Úteis | 30 |
| Anotações | 31 |

Apresentação

Esta revista foi criada durante a campanha eleitoral de 2002, com o objetivo de apresentar um resumo das funções dos parlamentares, da minha biografia e das principais propostas de políticas públicas que defendo nas áreas de saúde, educação, segurança, desenvolvimento, geração de trabalho e renda, juventude, terceira idade, gênero e raça, habitação e participação cidadã.

As propostas foram construídas com a participação da sociedade, pelo Conselho Político do Mandato, por meio de reuniões de prestação de contas, seminários e debates.

Elas são a plataforma de trabalho deste mandato, iniciado no dia 15 de março de 2003, quando tomei posse na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, sendo reeleito com 81.089 votos. Portanto, fui o deputado estadual mais votado na região do Grande ABC.

Espero que você faça uma análise profunda destas propostas e lute com a gente para transformá-las em realidade. Envie e-mail, mande carta, ligue ou faça uma visita para dar sugestões sobre o mandato. Sua participação é fundamental no processo de transformação que levará a sociedade a ter uma qualidade de vida melhor.

Um abraço,

Vanderlei Siraque
Deputado Estadual

Introdução

A República Federativa do Brasil



O Brasil é uma República Federativa composta pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Cada uma destas esferas tem atribuições e competências próprias e autonomia de governo. Portanto, não existe hierarquia entre os entes federados, mas todos estão subordinados à Constituição.

A nossa República, como a maioria dos Estados Democráticos de Direito, tem suas funções (Legislativa, Administrativa e Jurisdicional) dividida em três órgãos diferentes: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário.

O Judiciário resolve os conflitos de direito dos cidadãos entre si, das esferas de governo entre si ou entre os cidadãos e o Poder Público. O Executivo é o principal responsável pela administração pública. Assim, o Executivo é responsável por elaborar o plano de receitas e despesas (o orçamento público), pela execução das obras públicas, pelo gerenciamento dos serviços públicos de educação, transporte, segurança e saúde, entre outros. O Legislativo representa a comunidade, faz as leis, propõe políticas públicas e fiscaliza os atos da administração.

União

O Legislativo da União ou Federal é constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. A reunião de ambos forma o Congresso Nacional. Em tese os senadores representam os Estados com





a finalidade de garantir a unidade da federação e os deputados representam o povo em geral, independente do Estado que os elegeram.

O Executivo Federal é exercido pelo Presidente da República com o apoio dos seus Ministros.

O Judiciário Federal é exercido pela Justiça do Trabalho, pela Justiça Federal, sendo que o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal (órgão máximo do Poder Judiciário), na realidade são da Federação, isto é, das três esferas e não somente da União.

Estados

O Legislativo estadual é exercido pelos deputados estaduais, os quais se reúnem nas Assembléias Legislativas.

O Judiciário dos Estados é constituído pelos juizes estaduais e organizado em Comarcas. A cúpula do Poder Judiciário dos Estados é formada pelos Tribunais de Justiça.

O Executivo dos Estados é exercido pelos governadores com o auxílio dos secretários estaduais.

Municípios

O Legislativo municipal é composto pelos vereadores, que se reúnem nas Câmaras Municipais.

O Executivo municipal é exercido pelo prefeito com a colaboração dos secretários municipais.

Os municípios não possuem Poder Judiciário. Mas é onde ficam as comarcas do Judiciário, os fóruns.

As funções dos parlamentares

Parlamentares são os vereadores, os deputados federais e estaduais e os senadores. Parlamento é o lugar onde os parlamentares



8 se reúnem para tomar as decisões formais. É representado pelas Câmaras Municipais, as Assembléias Legislativas, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional.

As principais funções dos parlamentares são:

a) Representar

O parlamentar é eleito para representar os interesses da sociedade. Por isso, sua atuação deve ser transparente.

Uma das formas de proporcionar controle social do trabalho parlamentar, ou seja, torná-lo transparente, é através da prestação de contas de suas atividades, do voto aberto e justificado, dos pareceres nas comissões permanentes, dos discursos, das emendas aos projetos de leis, das proposituras que o parlamentar apresenta e defende, dos debates, das audiências públicas e das reuniões. Por outro lado, compete à sociedade acompanhar o trabalho do parlamentar através de boletins informativos, correspondências, internet, entre outras formas.

b) Legislar

O Parlamentar legisla quando apresenta proposituras ou emendas aos projetos do executivo, do judiciário, de iniciativa popular ou de outros parlamentares, quando emite pareceres e quando vota.

c) Fiscalizar

A fiscalização dos atos da administração pública pode ser feita através de requerimento de informações, solicitação de vistas a processos administrativos, vistorias e denúncias da sociedade.





É imprescindível a fiscalização, pois quanto mais transparentes os atos da administração pública, menos tráfico de influência e corrupção haverá.

d) Propor políticas públicas

O parlamentar propõe políticas públicas quando legisla, faz sugestões ao Executivo, ao Judiciário e aos governos.

Propor políticas públicas é dizer como deve funcionar, por exemplo, a saúde, a educação, a segurança, a habitação e os transportes.

e) Organizar a sociedade

O exercício do mandato deve ser feito em conjunto com aqueles que o parlamentar representa. Para isso, ele precisa contar com a sociedade organizada para aprovar projetos de lei, fazer valer as propostas de políticas públicas e fiscalizar com eficiência. Um dos mecanismos que o Siraque utiliza para organizar a sociedade é o Conselho Político do Mandato.

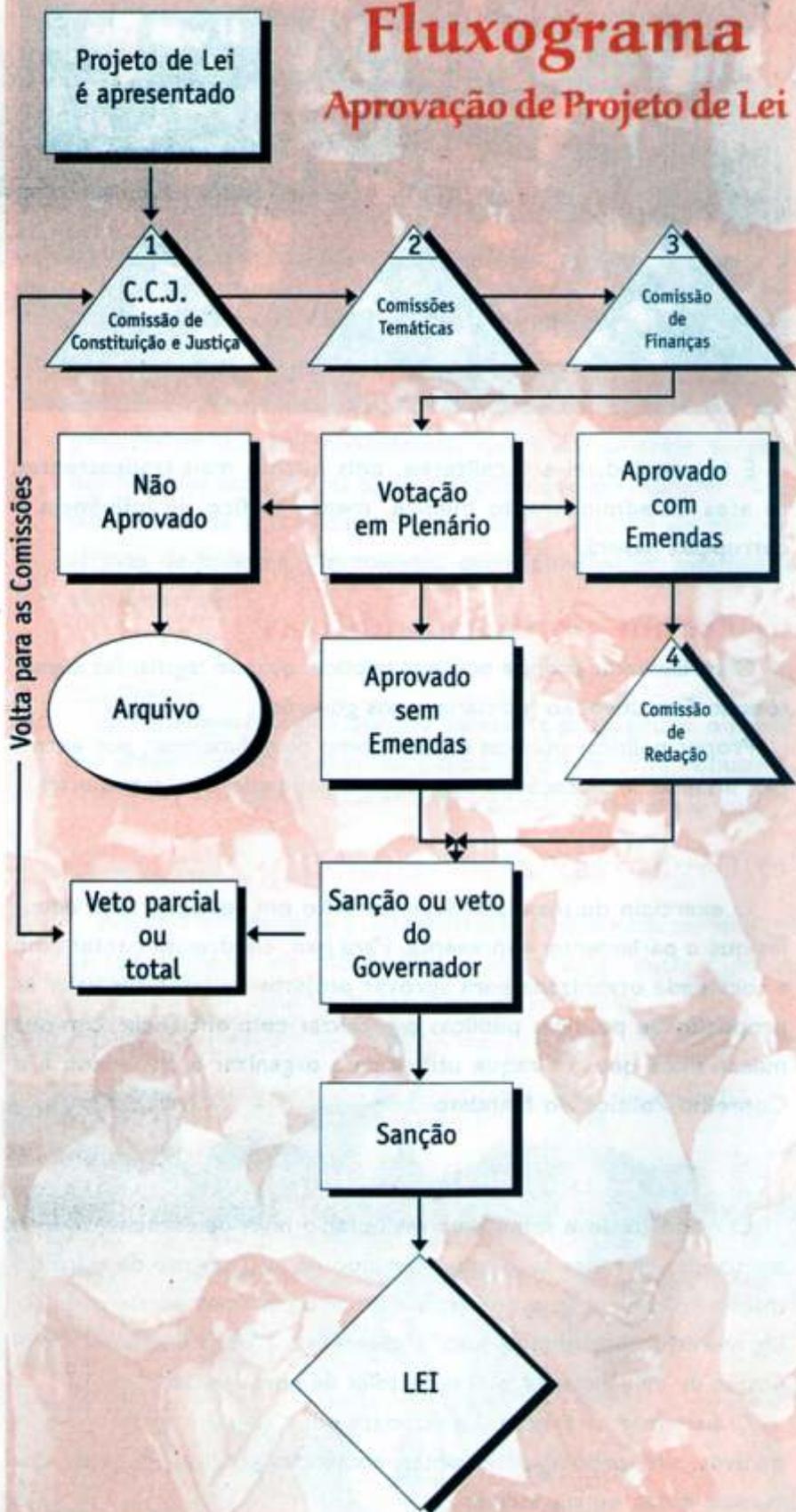
f) Exercer mandato pedagógico

O mandato deve servir para melhorar o nível de consciência e de politização da nossa sociedade, servindo de instrumento de transformação e não de enganação. Por isso é que o parlamentar não pode ser um mero "despachante de luxo", "clientelista", "assistencialista", "traficante de influências" e outras mazelas de nossa cultura política.

O parlamentar exerce um mandato educativo por meio de informativos, site, prestação de contas, audiências públicas, debates, discursos, entre outras formas.

Fluxograma

Aprovação de Projeto de Lei





Desenvolvimento econômico e geração de trabalho e renda

O Brasil viveu, no governo FHC, uma situação de desregulamentação e estagnação econômica, "guerra fiscal", desnacionalização da indústria, desemprego, violência, corrupção, impunidade, desmonte dos serviços públicos e, principalmente, dependência financeira dos mercados internacionais.

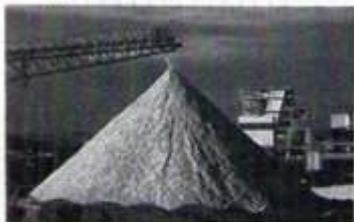
A dívida pública federal, no governo do PSDB, saltou de R\$ 60 bilhões para R\$ 700 bilhões, ou seja, um crescimento de 1.066,66%.

Apesar deste quadro negro deixado pela tucanada, na esfera federal o governo de Luiz Inácio Lula da Silva já começou a trabalhar para reverter-lo: o dólar e o risco país caíram, os projetos para as duas grandes reformas, a previdenciária e a tributária, estão prontos para serem votados, será lançado o projeto de geração de empregos para jovens, o 1º Emprego, e já está em prática o combate à fome, instituído pelo Programa Fome Zero, e o combate à violência, pela aplicação do Sistema Único de Segurança Pública, o SUSP.

Mas no âmbito estadual, o descaso e a incoseqüência da tucanada continuam. No começo do governo Covas/Alckmin, tínhamos uma dívida de R\$ 30 bilhões. Atualmente, ela ultrapassa os R\$90 bilhões, apesar da venda das empresas públicas e da privatização das rodovias, o que comprova o falso discurso de equilíbrio econômico-financeiro divulgado pelo governo.

O nosso Estado perdeu centenas de empresas também em decorrência da política econômica do PSDB, da "guerra fiscal", da falta de planejamento e da omissão do governo, gerando queda na produção, falta de investimentos nas áreas sociais, aumento da dívida pública, do desemprego e da violência.

Por esse motivo, a luta para reverter o prejuízo será mais longa e árdua.

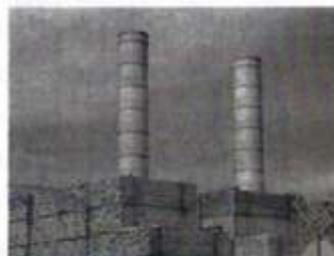


Propostas

- Defender a descentralização administrativa e os governos regionais, tomando como exemplo a Câmara Regional do Grande ABC;
- Participação do Legislativo Estadual na Executiva da Câmara Regional do Grande ABC; **JÁ CONQUISTADO**
- Aprofundar pesquisas sobre as vocações e as potencialidades regionais;
- Incentivar os "Bancos do Povo";
- Incentivar as Centrais de Trabalho e Renda;
- Modificar a lógica do SEBRAE para acabar com a corrupção, desvios de recursos e de finalidade e colocá-lo a serviço dos micros e pequenos empreendimentos;
- Lutar pela implementação de Centros Tecnológicos e incubadoras de cooperativas, de empresas e de outros empreendimentos;
- Defender os Institutos de Pesquisas do Estado, colocando-os ao lado do desenvolvimento;
- Lutar para que o governo do Estado faça uma reforma tributária que: desonere a produção, leve em conta o número de habitantes e as necessidades da população para distribuir os tributos aos Municípios. Para tanto, será preciso acabar com a "guerra fiscal", fazendo com que a cobrança dos tributos seja no local do consumo ou da prestação de serviços, e não na sede do empreendimento;
- Defender as cadeias produtivas do Estado, como açúcar e álcool, agronegócios e turismo;
- Defender, especialmente, as cadeias produtivas do grande ABC, priorizando os setores moveleiro, automobilístico-autopeças, químico-petroquímico, gráfico e de prestação de serviços e turismo;
- Lutar pela regionalização do Porto de Santos e pela ampliação do "Porto Seco" de Santo André;
- Lutar pelo metrô de superfície para o grande ABC;
- Lutar pela regularização das áreas de mananciais, permitindo o desenvolvimento sustentável;
- Lutar pela melhoria da logística de transportes, através da implantação do Rodoanel, por exemplo, mas que seja construído sem corrupção;
- Lutar pelo prolongamento da Av. Jacu-Pêssego, melhorando o acesso entre a região do ABC e o Aeroporto de Guarulhos;
- Lutar pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes; **JÁ CONQUISTADO**



- Incentivar o empreendedor popular;
- Revisar os locais das praças de pedágios e os contratos com as concessionárias;
- Defender a liberdade e autonomia de organização dos trabalhadores;
- Combater as políticas de desmonte dos serviços públicos estaduais;
- Apoiar as iniciativas de organização dos trabalhadores informais e desempregados;
- Apoiar a renegociação da dívida pública do Estado.
- Lutar para modificar a forma de repasse do ICMS aos municípios, para reduzir a pobreza de algumas cidades como Francisco Morato e Rio Grande da Serra.



Educação

A educação é prioridade para o exercício de outros direitos de cidadania. Porém, no Estado de São Paulo, a realidade é vergonhosa, pois há queda na qualidade de ensino, inexistência de incentivo à formação continuada dos profissionais da educação, demissão de professores, aumento do número de alunos por sala de aula, violência nas escolas, arbitrariedade e desmandos das direções, sucateamento da escola pública, não cumprimento da Constituição e da legislação referentes à educação, desvio dos recursos públicos, falta de vagas públicas para o ensino infantil e de incentivo à gestão participativa. Há também grande número de analfabetos funcionais, em decorrência da progressão automática nas escolas públicas e da abertura de escolas particulares, especialmente de ensino superior, sem os mínimos requisitos necessários.

Esse diagnóstico mostra que o ensino público no Estado de São Paulo, além de não formar cidadãos, colabora para a proliferação da violência. E por isso, as propostas do mandato para fazer a mudança são:



Propostas

- Incentivar a criação do MOVA SÃO PAULO - Movimento de Alfabetização;
- Incentivar a Bolsa Escola Estadual;
- Democratizar o Conselho Estadual de Educação e ampliar suas funções;
- Criar políticas públicas de prevenção e combate à violência nas escolas;
- Lutar pela criação da Escola de Pais no âmbito estadual;
- Incentivar a gestão participativa, por meio dos Grêmios, Conselhos de Escola Democráticos e abertura das escolas para a integração com a comunidade, especialmente, através da aplicação da Lei 10.522/01;



- Lutar pela valorização dos profissionais da educação;
- Preservar o caráter público e gratuito das escolas públicas;
- Incentivar a integração entre o Estado e os Municípios na gestão do ensino;
- Lutar pela fiscalização rigorosa das escolas em colaboração



- com o Ministério Público e com os Conselhos Tutelares;
- Exigir um censo real da demanda educacional no Estado, especialmente da Educação Básica, por município;
- Defender os institutos de pesquisas;
- Lutar pela instalação da Universidade Pública do Grande ABC;
- Lutar pela expansão do número de vagas nas escolas públicas;
- Lutar pela autonomia financeira das Universidades Públicas, com gestão participativa, incentivo à pesquisa científica e relação com a sociedade;
- Obrigar as escolas particulares, especialmente as de nível superior, a cumprirem a legislação. Exemplo: instalação de bibliotecas;
- Incentivar o planejamento estratégico escolar regional;
- Democratizar a escolha e o controle dos atos dos dirigentes das escolas públicas.





Participação cidadã e controle social

A abertura de canais para a participação cidadã nas decisões de governo é de fundamental importância para a educação política da sociedade. E o controle social dos atos da administração pública é um direito de cidadania.

Porém, a política do governo tucano não permite a participação e dificulta o controle das ações do governo. Um exemplo desta censura é a não implementação do orçamento participativo no Estado de São Paulo.

Essa triste realidade não pode continuar. E para a combatê-la defendemos as seguintes ações:

Propostas

- Continuar a luta pela implantação do Orçamento Participativo Estadual, através da aprovação do PL 02/01;
- Acompanhar o funcionamento e lutar pela democratização dos Conselhos Setoriais de Políticas Públicas (Conselho Estadual de Saúde, Conselho Estadual de Educação, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Comitê de Bacias Hidrográficas);
- Criar os "governos regionais";
- Fortalecer o Fórum Paulista de Participação Popular;
- Consolidar e fortalecer o Conselho Político do Mandato;
- Incentivar os projetos de leis de iniciativa popular;
- Lutar pelo combate ao "tráfico de influências", ao "fisiologismo político", aos "despachantes de luxo" e à "troca de favores";
- Incentivar debates, seminários e audiências públicas com a finalidade de formular políticas públicas;
- Prestar contas das atividades do mandato;
- Lutar pela implantação da Defensoria Pública com a finalidade de garantir a universalização de acesso ao judiciário;
- Estabelecer critérios racionais para a prestação dos serviços públicos, como a desburocratização, informações via internet, informatização e protocolos transparentes.



Segurança pública

A criminalidade além de aumentar, também mudou de patamar no governo tucano. O crime organizado - munido com armas de última geração - tomou conta do Estado, matou o juiz de execuções criminais de Presidente Prudente, interior de São Paulo, aliciou jovens para seu bando, criou áreas de venda de drogas, como a cracolândia, corrompeu maus policiais e organizou os criminosos até dentro dos presídios, como é o caso do PCC.

Hoje, o assassinato não é mais um crime que aflige somente as pessoas da periferia e ser seqüestrado não é mais "privilégio" dos ricos. Estes crimes atingem todas as classes sociais. A violência nas escolas, que não fazia parte do nosso vocabulário, agora é uma triste realidade.

Veja alguns exemplos de crimes que aumentaram:

| | 1996 | 2002 | DIFERENÇA | % |
|--------------------------|---------|---------|-----------|---------|
| HOMICÍDIOS | 10.447 | 13.095 | 2.648 | 25,35 |
| ROUBOS | 123.448 | 309.156 | 185.708 | 150,43 |
| ROUBO de VEÍCULOS | 47.771 | 85.678 | 37.907 | 79,35 |
| FURTO de VEÍCULOS | 92.557 | 105.668 | 13.111 | 14,17 |
| SEQÜESTROS | 12 | 321 | 309 | 2.575,0 |
| TRÁFICO DE ENTORPECENTES | 7.467 | 12.138 | 4.671 | 62,56 |

Fonte: www.ssp.sp.gov.br

Há duas Polícias e meia no Estado: a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Superintendência da Polícia Técnico-Científica. Elas não se entendem, trabalham sem sintonia e de forma extremamente corporativista.

A Secretaria de Segurança Pública é composta por cerca de 120 mil policiais (sendo aproximadamente 84 mil militares e 36 mil civis) e cerca de 2 mil servidores administrativos. Os critérios de distribuição deste efetivo são políticos e, por isso, regiões com alto índice de criminalidade apresentam relação efetivo/população menor e menos unidades policiais do que regiões em que a criminalidade é mais baixa. Veja o quadro:

| | PC | PM | TOTAL |
|----------------------------------------|--------|--------|--------|
| DEMACRO/CPM - Grande São Paulo | 48,34 | 99,61 | 147,95 |
| DEINTER/CPI 2 - Campinas | 55,82 | 97,45 | 153,27 |
| DEINTER/CPI 7 - Sorocaba | 75,42 | 107,45 | 182,87 |
| DEINTER/CPI 3 - Ribeirão Preto | 72,82 | 137,15 | 209,97 |
| DECAP/CPC - Capital | 59,63 | 163,54 | 223,17 |
| DEINTER/CPI 1 - São José dos Campos | 76,22 | 155,03 | 231,25 |
| DEINTER/CPI 15 - São José do Rio Preto | 111,38 | 143,10 | 258,48 |
| DEINTER/CPI 16 - Santos | 98,71 | 177,57 | 276,28 |
| DEINTER/CPI 14 - Bauru | 93,17 | 191,22 | 284,39 |

Fonte: Requerimento de Informação enviado à Secretaria de Segurança Pública

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva já começou a trabalhar para acabar com o crime organizado e proporcionar mais segurança à população, com o lançamento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Mas para que esse projeto seja eficaz, os Estados precisam ter uma política de segurança, o que não acontece em São Paulo.

Apesar da dificuldade para reverter a escalada da violência, principalmente pela continuidade do governo tucano, vamos trabalhar buscando:

Propostas

- Propiciar maior transparência e controle social dos índices da criminalidade;
- Incentivar a valorização da carreira e recuperar a auto-estima dos policiais;
- Lutar pela implantação do serviço único de saúde mental para todos os policiais e rever o PROAR;
- Lutar por investimentos em equipamentos de proteção individual dos policiais;
- Incentivar a padronização dos plantões policiais e o controle do cumprimento dos horários de trabalho;
- Fomentar uma atuação conjunta entre os diversos atores responsáveis pela segurança pública: Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público;
- Incentivar a integração entre as esferas municipais, estaduais e federal e, também, com os Estados vizinhos;



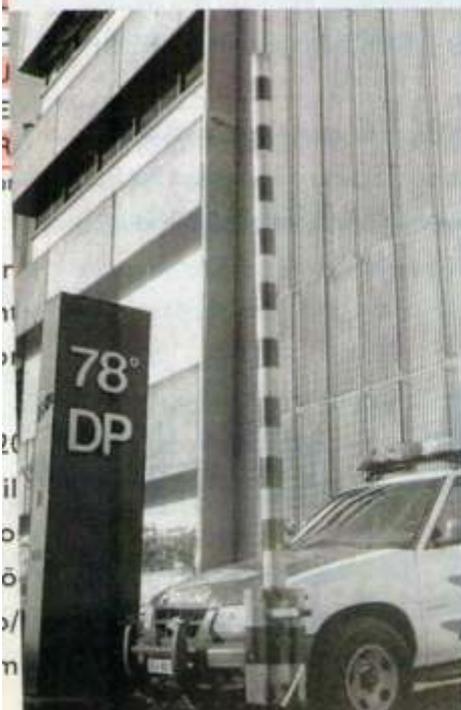
Audiência sobre Segurança Pública nas áreas comerciais

Sempre Presente

PT VANDERLEI
SIRAQUE
Deputado Estadual

acesse www.siraque.com.br

- Lutar pela capacitação dos agentes de segurança para o atendimento nos casos de violência doméstica, gênero, raça e contra a infância e a juventude;
- Incentivar o SUSP - Sistema Único de Segurança Pública do Governo Federal.
- Integrar as ações das polícias;
- Valorizar o planejamento, a inteligência e a polícia técnico-científica;
- Descentralizar o gerenciamento da segurança, através dos chefes regionais de polícia;
- Criar uma carreira própria de corregedor de polícia e uma corregedoria única, junto à Secretaria de Segurança Pública;
- Lutar por critérios racionais para a distribuição de equipamentos e dos policiais, levando em consideração o número de habitantes e os índices de criminalidade;
- Criar políticas públicas de prevenção à violência e combate à exclusão social;
- Criar políticas públicas para reintegrar o ex-detento à sociedade;
- Lutar pelo combate rigoroso ao crime organizado;
- Lutar pela informatização das impressões digitais;
- Incentivar a regulamentação e a fiscalização rigorosa dos "desmanches" de veículos;
- Incentivar os Conselhos de Segurança;
- Facilitar os Registros de Crimes;
- Incentivar o "Disque Denúncia" (0800-156315);



- Lutar pela criação do serviço especial de segurança escolar;
- Criar um sistema de comunicação eficiente, ágil e seguro, integrado a todos os serviços de emergência (Bombeiros, Saúde, Polícia Civil e Militar) com um único número. A distribuição deve ser interna;
- Criar as prisões albergues para os criminosos comuns, com o intuito de reintegrá-los à sociedade;
- Criar os cárceres duros para os criminosos organizados, traficantes e corruptos, com infiltração policial e escuta ambiental, objetivando restabelecer a autoridade do Estado.



Juventude

A juventude está carente de espaços para o esporte, lazer e cultura. A maioria dos jovens está sem perspectiva, com a auto-estima em baixa. Por isso, o índice de assassinatos e suicídios entre eles é altíssimo. Muitos não acreditam na democracia e o crime organizado cresce nesse vácuo, utilizando os jovens como mão-de-obra barata do tráfico.

Além disso, a Febem está superlotada de infratores, gerando um gasto de cerca de R\$1.700,00/mês por pessoa e, em vez de serem ressocializados aprendem a ser ainda mais violentos.

Não podemos mais aceitar essa barbárie. Os jovens precisam de incentivo e educação pública e gratuita de qualidade para que possam ingressar no mercado de trabalho, construir uma família, ter sonhos e possibilidades de realizá-los. Neste sentido, o mandato do deputado Vanderlei Siraque defende:

Propostas

- Potencializar ações que fortaleçam a inserção dos jovens no mercado de trabalho, especialmente, incentivando empresas que os contratem, através da aprovação e aplicação do Projeto de Lei 241/00, que cria o *Programa Primeiro Emprego* para os Jovens;
- Incentivar o serviço de educação e saúde preventiva em DST/Aids, drogas e gravidez precoce;





- Articular as Assessorias de Juventude do Estado e incentivar a criação onde elas não existem, tomando como referência a Assessoria da Juventude de Santo André;
- Criar políticas públicas de inclusão digital;
- Apoiar os Grêmios Estudantis, as UMES, a UEE, a UBES, a UPES e a UNE, defendendo, entre outros incentivos, a participação destas entidades nos Conselhos de Educação e nos diversos organismos públicos que discutam políticas públicas para a juventude;
- Criar políticas públicas de cultura, esporte e lazer para a juventude;
- Lutar pela descentralização da FEBEM, com

a mudança da atual política para os adolescentes infratores;

- Defender o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Saúde

A Saúde é direito de todos e dever do Estado. Por isso, temos um único sistema de saúde, hierarquizado, competência das três esferas de governo - municipal, estadual e federal - com recursos vinculados.

O atendimento deve ser integral – inclusive com profissionais, medicamentos e equipamentos - universal e descentralizado, priorizando as ações preventivas, sem deixar o atendimento curativo.

Porém, apesar das garantias constitucionais acima expostas, no Brasil os pobres ainda morrem de “dor de barriga”. A dengue impera e doenças antigas e quase que erradicadas como a “leishmaniose” voltaram. A população mais carente não encontra vagas públicas nos hospitais, e além de o atendimento ser de péssima qualidade, a dignidade do(a) cidadão(ã) não é respeitada.





Mesmo aqueles que podem ter planos de saúde muitas vezes ficam em situação de desespero, pois muitos planos impõem prazos para internação na U.T.I., descredenciam médicos, laboratórios e hospitais de confiança dos usuários e não cumprem o que determina o Código do Consumidor.

Por outro lado, as escolas de medicina e de outros cursos superiores voltados para a saúde se proliferaram, sendo que muitas são caça-níqueis e acabam enganando os estudantes, pois não garantem formação adequada. Em consequência, assistimos ao aumento assustador dos erros médicos.

Para piorar a situação, muitas indústrias farmacêuticas e distribuidoras de medicamentos não se interessam pela saúde pública. Vendem produtos sem receita médica que acabam gerando dependência e efeitos colaterais irreparáveis aos consumidores.

Outro fator negativo é o consumo de produtos nocivos à saúde pública, como o álcool e o tabaco, incentivados pelos veículos de comunicação, sem a devida fiscalização.

Além disso, as vigilâncias sanitárias não funcionam na prática, permitindo uma série de desmandos.

Com a finalidade de combater esses problemas, o mandato do deputado Vanderlei Siraque trabalha em defesa das seguintes ações:

Propostas

- Incentivar a regulamentação e a restrição de novos cursos da área de saúde, através da aplicação da lei 10.860/01;
- Lutar pelo aprimoramento da vigilância sanitária;
- Incentivar a prevenção ao erro médico;
- Defender o saneamento básico, água potável, meio ambiente sadio e áreas de mananciais;
- Lutar pela urbanização de favelas e políticas públicas de habitação;
- Defender o SUS;
- Incentivar a política de



Atividade



medicamento gratuito com a devida receita médica para a população carente;

- Incentivar políticas de segurança alimentar;
- Lutar para combater a violência urbana, especialmente a do trânsito;
- Incentivar programas de aprimoramento da mortalidade para que possamos saber e combater a "causa mortis";
- Incentivar o Serviço de Saúde da Família;
- Incentivar o Serviço de Internação Domiciliar;
- Lutar para combater a dengue e outras epidemias;
- Incentivar a universalização das vacinações;
- Incentivar os consórcios municipais para a instalação de hospitais, aquisição e manutenção de equipamentos;
- Incentivar a criação das Câmaras Regionais de Compensação;
- Lutar por critérios racionais de distribuição de verbas do Estado, priorizando os Municípios mais carentes;
- Incentivar a geração de políticas de renda mínima, de inclusão social e de educação sanitária;
- Incentivar projetos de combate à desnutrição e à mortalidade infantil;
- Lutar pelo combate às drogas e a outros produtos nocivos à saúde pública;
- Fiscalizar rigorosamente os planos de saúde;
- Incentivar e fiscalizar os fundos de saúde;
- Incentivar a saúde mental e a desospitalização da pessoa com distúrbios psíquicos;
- Humanizar o atendimento público;
- Incentivar a participação cidadã e o controle social, através dos Conselhos de Saúde e aplicação das leis 8.080/90 e 8.142/90;
- Investir em recursos humanos e na formação continuada para os profissionais da saúde.



A moradia digna está prevista na Constituição Federal como um direito social. Ela deve garantir qualidade e conforto, vinculada às redes de infra-estrutura básica (água, esgoto, energia elétrica e drenagem), ao transporte coletivo e aos equipamentos sociais (saúde, educação, segurança, lazer e cultura).

Entretanto, o governo do PSDB deixou como herança um amargo déficit de 6.656.526 moradias, quase 800 mil no Estado de São Paulo. Esses números refletem a exclusão, a violência, o desemprego, a pobreza e o crescimento desordenado das metrópoles, junto a falta de política habitacional global e a necessidade de reforma urbana.

P No decorrer das décadas de 70 e 80, a questão urbana constituiu-se como um problema nacional, mesmo porque foi visualizada por uma verdadeira teia de movimentos populares que se articularam numa infinidade de entidades por todo o país. Nesse contexto, situavam-se: associações e cooperativas, movimentos populares de creches, mutuários do BNH, inquilinos, loteamentos clandestinos e irregulares, moradores de cortiços, favelados, mutirantes e movimentos autogestionários. Embora constituindo um campo heterogêneo de reivindicações, eles possuíam em comum a denúncia dos graves problemas da habitação. A luta pelo acesso à moradia e às condições dignas de vida na cidade são pontos marcantes desse processo. Não se tratava simplesmente de uma busca por uma urbanidade calcada na satisfação das necessidades de moradia, mas também pela incorporação desses lugares no espaço social e legal da cidade. Dessa maneira, buscou-se inscrever na legislação caminhos que

viesses a reparar os resultados de uma urbanização absolutamente excludente, através de leis que modificassem a péssima distribuição da terra e apontassem para sua gestão democrática.

A partir daí, grandes conquistas foram alcançadas, mas ainda há muito a conquistar. E por isso é que o mandato vai continuar lutando pelo acesso à moradia digna para toda população.



Propostas

- Apoiar o Projeto Moradia do Governo Federal;
- Apoiar a luta pela criação do Conselho e Fundo Estadual de Habitação;
- Lutar pela regulamentação da Lei 10.535/00, que trata da criação do Programa de Crédito para compra de terreno, visando a construção de casas populares;
- Incentivar as associações comunitárias na produção habitacional;
- Incentivar parceria entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU) e as Associações de Moradia;
- Fiscalizar a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano).
- Fiscalizar o repasse de 1% do ICMS para a construção de moradias populares para famílias de baixa renda;
- Apoiar a construção de moradias pelo sistema de mutirão autogestionário e priorizar subsídios para famílias com renda inferior a 3 salários mínimos;
- Apoiar as lutas do Fórum Regional de Habitação do ABC, da União dos Movimentos de Moradia (UMM) do Grande ABC e da Câmara Regional do Grande ABC;
- Apoiar os movimentos populares na luta pela descentralização e desburocratização no acesso e na promoção dos programas habitacionais;
- Incentivar a participação popular na elaboração dos Planos Diretores e na implementação do Estatuto da Cidade;
- Lutar pela sustentabilidade social, econômica e ambiental como requisito básico de qualquer intervenção habitacional.





Terceira idade

As pessoas idosas ou até mesmo aquelas que passam dos quarenta anos de idade acabam sendo descartadas pelo Estado. Os aposentados, que trabalharam e contribuíram com a Previdência Social, são discriminados pelo governo, pelos planos de saúde, nos ônibus, nas filas dos bancos e no trabalho.

Um governo sério respeita os idosos como exemplo de vida. Porém, o governo tucano ainda não mostrou interesse e nem respeito pelos idosos.

Já o deputado Vanderlei Siraque sempre pautou a terceira idade em seu mandato, desenvolvendo encontros, palestras e políticas públicas. Abaixo estão as ações que continuarão sendo defendidas:

Propostas

- Incentivar Centros de Referência e Grupos da Terceira Idade;
- Incentivar as atividades de lazer;
- Incentivar o Turismo específico;
- Lutar por programas de saúde específicos;
- Lutar por projetos que incentive os jovens a acompanhar os idosos;
- Incentivar as creches públicas destinadas aos idosos.





Gênero e Raça

Apesar de estarmos em pleno século XXI existe ainda muita discriminação em relação ao gênero e raça em nosso Estado. Muitas mulheres sofrem violência física e moral sendo que, na maioria das vezes, a agressão parte do próprio marido ou companheiro. E por não terem um local de refúgio, como casas de abrigo, muitas mulheres acabam não denunciando o agressor.

Outro problema é a falta de políticas públicas para a geração de trabalho e renda para a mulher carente ou chefe de família, pois o governo tucano parece só ter olhos para uma classe da sociedade, a elite.

Além disso, os agentes de segurança do Estado de São Paulo estão despreparados e não conseguem lidar com situações de crimes raciais, de violência doméstica e de gênero.

Por isso, é imperativo a mudança dessa realidade nefasta, por meio de políticas públicas que ajudem a combater a discriminação de gênero e raça, como as expostas abaixo:

Propostas

- Apoiar e criar mecanismos de combate à violência contra as mulheres;
- Incentivar projetos de geração de renda e de trabalho para a mulher carente e/ou chefe de família;
- Defender políticas públicas em defesa da igualdade de oportunidades de gênero e de raça;
- Defender a manutenção e a implantação de casas abrigo às mulheres vítimas de violência;
- Lutar por uma educação não sexista e não discriminatória;
- Capacitar os agentes de segurança para o atendimento aos casos de violência doméstica, gênero, raça e contra a infância e a juventude.





Conheça a trajetória do Vanderlei Siraque

Sempre Presente
VANDERLEI
SIRAQUE
 Deputado Estadual
www.siraque.com.br

☆ Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo- USP (Largo São Francisco), onde se especializou em

Direito do Trabalho e Segurança Social;

- ☆ Está concluindo o curso de pós-graduação, nível mestrado, em Direito do Estado, subárea de Direito Administrativo pela PUC-SP;
- ☆ Nasceu em Santa Cruz do Rio Pardo-SP;
- ☆ Tem 43 anos, é casado e pai de três filhas;
- ☆ Trabalhou na roça dos 9 aos 14 anos, no Estado do Paraná, nas cidades de Jandaia do Sul e Marumbi, em fazenda de café, milho, arroz, feijão e de gado leiteiro;
- ☆ Fez da primeira a terceira série no Grupo Escolar Vila Rica- Jandaia do Sul -PR;
- ☆ Coursou a quarta série na Escola São Paulo- Marumbi, PR;
- ☆ Estudou a quinta série na E.E.P.G. "Carlina Caçapava de Mello" - Santa Terezinha - Santo André-SP;
- ☆ Estudou a sexta, a sétima e a oitava série do primeiro grau e a segunda e a terceira série do segundo grau na Escola de Ensino Supletivo Avanço-Santo André-SP;
- ☆ Coursou a primeira série do segundo grau técnico em administração de empresas, na Escola "Dr. Clóvis Bevilacqua" - Utinga - Santo André-SP;
- ☆ Fez cursinho no Singular-Anglo, em São Caetano do Sul;
- ☆ Trabalhou dos 14 aos 19 anos na Cooperativa dos Empregados do Grupo Rhodia (atual Coop), nas unidades de Santo André e de São Caetano do Sul;
- ☆ Foi bancário do Banespa dos 19 aos 27 anos, nas agências de São Caetano e Utinga;
- ☆ É advogado licenciado do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC;
- ☆ Assessorou o Sindicato dos Bancários do ABC.

Participou dos seguintes movimentos sociais:

Comunidade de Jovens de Utinga - COMUT- junto à Igreja Santa Maria Goretti; Comunidades Eclesiais de Base-Santo André; Oposição à diretoria "pelega" dos Sindicatos dos Frios de São Paulo e dos Bancários do ABC, onde teve atuação decisiva como militante, articulador e advogado;

Movimento contra a privatização do Banespa; Movimento de Saúde de Santo André em defesa do SUS, do Hospital Regional de Clínicas do ABC e da Fundação do ABC; Movimento de Educação de Santo André. Siraque atuou especialmente contra a malfadada reorganização do ensino feita pelo governo Covas/Alckmin, a qual trouxe demissões de professores, rebaixamento da qualidade de ensino e a violência escolar; Movimento de Fundação da CUT e pelo novo sindicalismo livre, autônomo e cidadão; Fundação do Partido dos Trabalhadores, especialmente do Núcleo do PT de Utinga-Santo André; Criou o Conselho Popular de Utinga, (o primeiro de Santo André); Sempre lutou pelo caráter público da Fundação Santo André e da Fundação do ABC; Lutou pela Universidade Pública do ABCDMRR (UABC), gratuita e democrática no acesso e na permanência dos estudantes.

☆ Exerceu três mandatos como vereador em Santo André e sempre prestou contas de suas atividades parlamentares;

☆ Foi presidente da Câmara Municipal de Santo André e considerado, à época, o melhor presidente das Câmaras do ABC. Moralizou o Legislativo, economizou dinheiro público, informatizou a Câmara, qualificou os funcionários, abriu a Câmara para a comunidade, fez audiências públicas, debates e prestações de contas.

☆ Em 1998, foi o deputado estadual mais votado de Santo André, com 38.937 votos.

☆ Em 2002, foi reeleito o deputado estadual mais votado no ABC, com 81.089 votos.

Atuação na Assembléia Legislativa

☆ Organizou a Bancada de Deputados do ABC.

☆ Participa das seguintes Comissões Permanentes na Assembléia Legislativa: Comissão de Segurança Pública (Vice-presidente) e Comissão de Constituição e Justiça (membro efetivo).

☆ Participou das seguintes Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI): CPI do Narcotráfico; CPI dos Precatórios Ambientais.

☆ Destacou-se nas seguintes fiscalizações:

Manipulação dos Boletins de Ocorrência e das Estatísticas Criminais no Estado de São Paulo;

Desvio de finalidade e de recursos públicos pela direção do SEBRAE-SP.

☆ Priorizou as seguintes áreas no Orçamento Público do Estado:

segurança pública, saúde, educação, juventude, desenvolvimento econômico, terceira idade, gênero, portadores de necessidades especiais, enchentes e habitação.

Projetos e leis de iniciativa do Siraque

- * PL 295/03 - Trata sobre o ressarcimento do IPVA em caso de roubo, furto ou perda total do veículo.
- * 18/02 - Dispõe sobre a proibição da venda, em estabelecimentos comerciais, de fardas e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios das polícias Federal, Civil e Militar.
- * 801/01 - Altera dispositivos da Lei nº 9155, de 1995, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação trimestral de estatísticas criminais.
- * 26/01 (Projeto de Resolução) - Cria Comissão Especial para estudo, avaliação e propostas para o combate à violência nas Escolas Públicas.
- * 19/01 - Dispõe sobre o uso obrigatório da linguagem inclusiva nas leis e atos normativos.
- * 241/00 - Institui o Programa Primeiro Emprego.
- * 475/00 - Declara de utilidade pública a "Obras Sociais São Pedro Apóstolo", em São Bernardo do Campo.
- * 635/00 - Institui incentivo à preservação de matas em áreas particulares e cria o "Fundo de Incentivo Florestal".
- * 678/00 - Transforma em estância turística o Município de Rio Grande da Serra.
- * 177/99 - Dispõe sobre o serviço voluntário no Estado de São Paulo.
- * 538/99 - Dispõe sobre a Inspeção Técnica de Veículos no Estado de São Paulo.
- * 806/99 - Regulamenta o período mínimo de atendimento das agências bancárias e das demais instituições financeiras.
- * **Lei 10.931/01** - (Projeto de Lei - 518/99) - Dispõe sobre campanha de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e sobre fornecimento gratuito de preservativos por motéis e estabelecimentos similares.
- * **Lei 10.860/01** - (Projeto de Lei - 283/00) - Estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área da saúde, das instituições de educação superior, públicas e privadas.
- * **Lei 10.938/01** - (Projeto de Lei - 525/00) - Dispõe sobre a Política Estadual de Medicamentos (*em conjunto com o deputado Roberto Gouveia).
- * **Lei 10.522/00** - (Projeto de Lei - 757/99) - Autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Educação, a instituir programa de desenvolvimento de atividades de pesquisa discente sobre temas incorporados no projeto pedagógico das unidades escolares de ensino médio.

Telefones Úteis

| | |
|---------------------------|--------------|
| Acidentes de Trânsito | 194 |
| Ambulância/Pronto Socorro | 192 |
| Bombeiros | 193 |
| Defesa Civil | 199 |
| Polícia Militar | 190 |
| Polícia Civil | 147 |
| Água e Esgoto | 195 |
| Correios | 0800 5700100 |
| Eletropaulo | 0800 196196 |
| Disque Denúncia | 0800 156315 |
| Metrô | 3286 0111 |
| CPTM(Trem) | 0800 550121 |

Delegacias

| | |
|-----------------------|-----------|
| Santo André | 4990 0502 |
| São Bernardo do Campo | 4125 1377 |
| São Caetano do Sul | 4221 1212 |
| Diadema | 4076 1980 |
| Mauá | 4514 1228 |
| Ribeirão Pires | 4828 1414 |
| Rio Grande da Serra | 4820 1530 |

Transporte Coletivo

| | |
|-----------------------|--------------|
| Santo André | 4997 3200 |
| São Bernardo do Campo | 0800 192280 |
| São Caetano do Sul | 4224 4147 |
| Diadema | 4075 5400 |
| Mauá | 0800 198448 |
| Ribeirão Pires | 0800 7708211 |

Hospitais

| | |
|-----------------------|-----------|
| Santo André | 4433 0011 |
| São Bernardo do Campo | 4332 4980 |
| São Caetano do Sul | 4224 2433 |
| Diadema | 4066 2400 |
| Mauá | 4514 4700 |
| Ribeirão Pires | 4828 3000 |

Blank lined page with two binder holes on the right side.

5
6
7
8
9
0
1

**Participe do Mandato do Deputado
Estadual Vanderlei Siraque**

**Assembléia Legislativa
de São Paulo**

Av. Pedro Álvares Cabral, 201
5º andar - Sala 5.136 - Ibirapuera - SP
CEP 04097-900
Tel.: 3886-6866 Fax: 3884-1117

**Conselho Político
do Mandato**

Rua General Glicério, 276
Sobreloja - Sala 01
Centro de Santo André.
Telefone: 4436.3552

Acesse: www.siraque.com.br

Sugestões poderão ser encaminhadas para siraque@siraque.com.br